CONTRIBUIÇÃO DA RESISTÊNCIA SOCIALISTA AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

A vitória de Lula em 2026 não encerra uma etapa da luta política brasileira. Ela inaugura uma nova responsabilidade histórica para o Partido dos Trabalhadores, para a esquerda e para o conjunto das forças democráticas e populares: transformar uma extraordinária vitória eleitoral em um novo ciclo de conquistas sociais, aprofundamento democrático, soberania nacional e organização da classe trabalhadora.

O povo brasileiro acaba de escrever uma das páginas mais importantes de sua história. A quarta eleição de Lula à Presidência da República, depois de uma das disputas mais difíceis que enfrentamos, representa uma vitória da democracia sobre o autoritarismo, da esperança sobre o medo e da capacidade de organização popular sobre uma poderosa articulação de interesses econômicos, geopolíticos e internacionais. Essa conquista pertence aos milhões de brasileiros e brasileiras que decidiram tomar em suas mãos os rumos do país, aos trabalhadores e trabalhadoras que enfrentaram a mentira e a violência política, às mulheres que organizaram suas comunidades, à juventude que ocupou as ruas, aos idosos que foram votar, aos movimentos sociais, aos sindicatos, aos artistas, intelectuais e comunicadores populares e, de maneira especial, à militância do Partido dos Trabalhadores, que mais uma vez demonstrou sua importância insubstituível para a democracia brasileira.

Saudamos com entusiasmo a eleição dos governadores do Partido dos Trabalhadores: Jerônimo Rodrigues, na Bahia; Elmano de Freitas, no Ceará; Rafael Fonteles, no Piauí; e Cadu Xavier, no Rio Grande do Norte. Celebramos também a eleição das senadoras Marília Campos, em Minas Gerais, e Samanda Alves, no Rio Grande do Norte, e dos senadores Jaques Wagner e Rui Costa, na Bahia, Humberto Costa, em Pernambuco, e Rogério Carvalho, em Sergipe. Essas vitórias reafirmam a força política, a capilaridade territorial e o enraizamento popular do PT. Destacamos, especialmente, a expressiva vitória do nosso projeto político no Nordeste, região que mais uma vez desempenhou papel decisivo na defesa da democracia e na sustentação de um projeto nacional de desenvolvimento com inclusão social. O resultado reafirma a importância histórica do povo nordestino na construção das grandes transformações democráticas e populares do Brasil. Destacamos também a virada eleitoral em Minas Gerais, as vitórias no Pará e no Amazonas, construídas pela mobilização popular e pela capacidade de diálogo com amplos setores da sociedade, assim como a

ampliação da votação do presidente Lula em todos os estados do país. Foi uma vitória histórica, nacional e construída pela contribuição decisiva de milhões de brasileiros e brasileiras de todo Brasil. Uma vitória que expressa a dimensão nacional do nosso projeto político e fortalece as condições para um novo ciclo de transformações democráticas e populares no país.

Temos todos os motivos para celebrar. A vitória de Lula é também uma vitória do PT, de sua história, de sua capacidade de resistência e de sua extraordinária contribuição para a construção de um Brasil mais justo. Não há como compreender a democratização do país, a ampliação dos direitos sociais, a luta contra a fome e a pobreza, a valorização do salário mínimo, a expansão das universidades públicas e o reconhecimento de sujeitos historicamente excluídos sem reconhecer o papel desempenhado pelo nosso partido. Ao longo de mais de quatro décadas, o PT se consolidou como o principal instrumento político da classe trabalhadora brasileira, atravessando derrotas, perseguições, contradições e transformações profundas sem abandonar sua capacidade de mobilizar milhões de pessoas em torno de um projeto coletivo, sendo o único partido a conquistar seis vitórias presidenciais.

Entretanto, a dimensão histórica dessa vitória exige que não confundamos a conquista do governo com a conquista da hegemonia política e social. A extrema-direita foi derrotada nas urnas no segundo turno, mas permanece organizada, com expressiva representação no Congresso Nacional, presença nos governos estaduais, influência sobre setores das instituições, recursos econômicos, articulações internacionais e capacidade de disputar cotidianamente a consciência da sociedade. O neoliberalismo continua profundamente enraizado na estrutura econômica e no funcionamento do Estado brasileiro. A concentração da riqueza, o poder do capital financeiro, as desigualdades regionais, raciais e de gênero, a precarização do trabalho e a crescente influência das grandes plataformas digitais continuam impondo obstáculos ao desenvolvimento de um projeto democrático e popular.

É precisamente por isso que a vitória eleitoral precisa se transformar em um novo período de mobilização e organização política. O quarto governo Lula não poderá limitar-se à administração das conquistas anteriores, tampouco poderá reproduzir os limites impostos pelas políticas econômicas e pelas relações institucionais que historicamente restringiram nossa capacidade de transformação. O povo brasileiro não elegeu Lula para realizar o programa econômico e social derrotado nas urnas. Elegeu-o para ampliar direitos, enfrentar privilégios, defender a soberania e construir um futuro melhor. A responsabilidade do PT é

contribuir para que esse mandato represente um salto de qualidade no projeto de desenvolvimento nacional e na democratização da sociedade brasileira.

Essa tarefa exige, simultaneamente, a defesa da unidade política das forças que garantiram a vitória, a reafirmação da identidade socialista e democrática do PT, a construção de uma nova relação entre governo e mobilização popular e uma profunda renovação da organização partidária. Não existe contradição entre defender o governo Lula e disputar os rumos de seu programa. Ao contrário, quanto mais forte, organizado, democrático e programaticamente definido estiver o PT, maiores serão as condições para enfrentar a direita, ampliar as conquistas do governo e preparar o futuro da esquerda brasileira.

O significado político da vitória de 2026 e as lições da campanha

A eleição de 2026 ocorreu em circunstâncias extraordinárias. Enfrentamos uma extrema-direita que, mesmo depois das consequências políticas e institucionais de seus ataques à democracia, manteve expressiva capacidade eleitoral, poder econômico e influência sobre parcelas da sociedade brasileira. A disputa foi atravessada pela disseminação sistemática de desinformação, pela instrumentalização política de denúncias e suspeitas, por ataques ao presidente Lula e à sua família e por uma ofensiva permanente destinada a deslegitimar nosso projeto político. Os debates envolvendo o Supremo Tribunal Federal, os ataques dirigidos a Lulinha e a exploração de conflitos institucionais integraram um ambiente no qual a direita procurou deslocar a disputa do terreno das propostas para o terreno da suspeição, da desconfiança e da desmoralização da política.

Nosso balanço eleitoral deve reconhecer a importância decisiva da militância, das candidaturas proporcionais, dos movimentos sociais e da mobilização popular para a vitória. A dedicação à eleição de deputados e deputadas federais e estaduais constituiu uma tarefa estratégica, pois a correlação de forças no Legislativo condiciona a capacidade de implementação de qualquer programa de transformações. Ao mesmo tempo, precisamos avaliar criticamente a maneira como organizamos nossas prioridades, distribuímos nossos esforços e respondemos à ofensiva adversária, especialmente no primeiro turno. A defesa das realizações dos governos Lula foi necessária, mas deveria se dar de forma mais equilibrada com a apresentação de um horizonte de futuro capaz de mobilizar a sociedade em torno de novas conquistas.

Uma das principais lições da eleição é que precisamos recuperar a capacidade de pautar o debate nacional com propostas ousadas, concretas e diretamente relacionadas à vida cotidiana da população. O fim da escala 6x1, a tarifa zero no transporte público, a redução das desigualdades, o enfrentamento ao endividamento das famílias, a ampliação dos serviços públicos e a democratização das oportunidades precisam constituir elementos centrais de nossa identidade política. Não basta demonstrar que governamos melhor do que a direita. É necessário apresentar um projeto de país capaz de entusiasmar, organizar e mobilizar a população em torno da perspectiva de uma vida efetivamente melhor.

Também precisamos afirmar que não foi a defesa do ajuste fiscal que garantiu a vitória eleitoral. A sustentabilidade das contas públicas é uma responsabilidade de qualquer governo, mas não pode ser transformada em justificativa para sacrificar investimentos sociais, direitos trabalhistas ou a capacidade de desenvolvimento do Estado. O que diferencia nosso projeto político é justamente a compreensão de que a economia deve estar subordinada às necessidades da sociedade, e não aos interesses de uma minoria que concentra riqueza e poder.

A vitória demonstrou, sobretudo, que a mobilização popular continua sendo uma força decisiva da política brasileira. Os grandes atos, a organização estudantil, as brigadas de juventude, a atuação dos sindicatos, a participação das mulheres e o trabalho cotidiano de convencimento nos bairros e locais de trabalho demonstraram que a política não pode ser reduzida às campanhas publicitárias, às redes digitais ou aos acordos institucionais. A capacidade de escutar, dialogar, construir confiança e transformar indignação em ação coletiva permanece sendo uma das maiores riquezas do campo democrático e popular.

O quarto governo Lula e a necessidade de uma governabilidade baseada na participação popular

O quarto mandato do presidente Lula terá diante de si uma contradição fundamental. De um lado, contará com a legitimidade de uma extraordinária vitória popular e com a expectativa de milhões de brasileiros por mudanças mais profundas. De outro, enfrentará um Congresso Nacional marcado pela presença expressiva da direita e da extrema-direita, por mecanismos de fragmentação partidária, pela influência do poder econômico e pela capacidade de setores conservadores de bloquear ou descaracterizar iniciativas do Executivo. Essa correlação de forças exige inteligência política, capacidade de negociação e construção de alianças, mas

também impõe a necessidade de superar uma concepção de governabilidade excessivamente dependente dos acordos parlamentares.

A experiência dos governos democráticos e populares demonstra que a busca de sustentação institucional, quando não acompanhada de organização social, tende a produzir concessões sucessivas que reduzem a capacidade transformadora do programa eleito. Não defendemos ignorar o Congresso Nacional, desprezar as instituições ou abandonar a construção de maiorias políticas. Defendemos que essas maiorias precisam ser construídas também na sociedade, por meio da participação popular, da disputa pública de projetos e da mobilização permanente em defesa de mudanças estruturais. Se foi possível conquistar uma vitória eleitoral por meio de uma ampla mobilização popular, precisamos compreender por que essa mesma força não pode desempenhar papel decisivo na sustentação e na orientação do governo.

Uma governabilidade de novo tipo exige que a participação social deixe de ocupar uma posição secundária na administração pública e passe a constituir um elemento estruturante do exercício do poder. É necessário fortalecer os conselhos nacionais, as conferências de políticas públicas, as organizações populares, os mecanismos de orçamento participativo e as formas de acompanhamento social das decisões governamentais. Precisamos criar canais permanentes para que trabalhadores, juventudes, mulheres, população negra, povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais participem efetivamente da definição das prioridades nacionais.

Nesse processo, o Partido dos Trabalhadores deve desempenhar um papel político próprio. O PT não pode ser reduzido a uma estrutura de sustentação parlamentar ou de defesa cotidiana das decisões do Executivo. Nossa tarefa é defender o governo Lula, contribuir para seu êxito, formular políticas públicas, organizar a sociedade e preservar a autonomia necessária para representar as demandas da classe trabalhadora, inclusive quando elas exigirem avanços para além dos limites das negociações institucionais. A relação entre partido e governo deve ser de solidariedade estratégica, participação ativa e elaboração política permanente.

É fundamental compreender que boas políticas públicas não produzem automaticamente consciência política. A ampliação da renda, a redução da pobreza, a criação de empregos e a expansão dos serviços públicos são conquistas fundamentais, mas sua tradução em identificação política depende da capacidade de construir vínculos entre essas realizações, os direitos sociais e a luta coletiva. A disputa de valores acontece cotidianamente nas famílias,

nas escolas, nas igrejas, nos locais de trabalho, nas comunidades e nas redes sociais. Governar bem e organizar o povo não são tarefas concorrentes. São dimensões inseparáveis de um mesmo projeto de transformação.

Enfrentar o poder do capital financeiro e construir um novo projeto nacional de desenvolvimento

O enfrentamento ao neoliberalismo deve continuar ocupando posição central na estratégia do quarto governo Lula e na atuação política do PT. O Brasil não poderá superar suas desigualdades históricas enquanto permanecer subordinado a um modelo econômico que privilegia a remuneração do capital financeiro, limita o investimento público, fragiliza a capacidade de planejamento do Estado e transfere para a classe trabalhadora os custos dos ajustes econômicos. A concentração da renda e da riqueza não constitui uma distorção passageira, mas uma característica estrutural de um padrão de desenvolvimento cuja transformação precisa ser acelerada.

Defendemos uma política econômica comprometida com o crescimento, a distribuição de renda, a valorização do trabalho, a reindustrialização e a ampliação dos investimentos públicos. A responsabilidade fiscal deve continuar sendo construída a partir de critérios de justiça social, desenvolvimento econômico e progressividade tributária. Isso exige avançar na tributação das grandes fortunas, dos lucros e dividendos e das rendas mais elevadas, combater mecanismos de evasão e elisão fiscal e reduzir o peso desproporcional dos tributos sobre o consumo e sobre os rendimentos dos trabalhadores.

A política monetária também precisa ser objeto de um debate público mais profundo. As taxas de juros elevadas representam um poderoso mecanismo de transferência de recursos públicos para os detentores da dívida. O elevado patamar da taxa Selic amplia os custos da dívida pública, restringe o crédito, encarece os investimentos produtivos e compromete a capacidade de expansão econômica, geraçãof de empregos e financiamento das políticas públicas. O Brasil precisa reduzir a taxa Selic, defendemos a revisão crítica dos mecanismos que subordinam a política econômica aos interesses do rentismo e o fortalecimento dos instrumentos públicos de financiamento do desenvolvimento econômico e social.

O Estado brasileiro precisa recuperar sua capacidade de planejamento, investimento e indução do desenvolvimento. A reindustrialização deve estar articulada à inovação científica e tecnológica, à transição energética, à redução das desigualdades regionais e à criação de

empregos de qualidade. O fortalecimento das empresas públicas, dos bancos públicos, das universidades e dos institutos de pesquisa é condição fundamental para construir um país menos dependente das oscilações do mercado internacional e mais capaz de responder às necessidades de sua população.

Nesse contexto, defendemos a aceleração e o aprofundamento do caráter público e estratégico do desenvolvimento nacional, com o fortalecimento da Petrobras e a retomada do controle público da Eletrobras. Essas empresas devem estar a serviço da soberania energética, da política industrial, do desenvolvimento tecnológico, da geração de empregos e da transição ecológica, e não subordinadas prioritariamente à maximização da remuneração de acionistas. A política energética brasileira precisa combinar segurança de abastecimento, preços e tarifas socialmente justos, fortalecimento da capacidade nacional de refino, expansão da geração e transmissão de energia elétrica, investimentos em pesquisa e desenvolvimento e planejamento de longo prazo para uma transição energética justa. A energia é um bem estratégico para a soberania nacional e um direito essencial da população, não podendo ser tratada exclusivamente como mercadoria.

A transição ecológica não pode reproduzir as desigualdades do capitalismo contemporâneo. O Brasil possui condições extraordinárias para construir um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente justo e tecnologicamente avançado. Isso exige proteger os biomas, enfrentar o desmatamento, fortalecer os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, promover a agricultura familiar e a segurança alimentar e garantir que os benefícios econômicos da transformação energética sejam apropriados pelo conjunto da sociedade.

Uma agenda de direitos para transformar a vida do povo brasileiro

A principal medida de êxito de um governo democrático e popular deve ser sua capacidade de transformar concretamente as condições de vida da população. Por isso, o quarto governo Lula precisa assumir uma agenda social ousada, capaz de articular redistribuição de renda, ampliação de direitos, melhoria dos serviços públicos e democratização do acesso à cidade, à cultura, à educação e às oportunidades econômicas.

O fim da escala 6x1 deve ser compreendido como parte de uma luta histórica pela redução da jornada de trabalho e pela ampliação do tempo livre da classe trabalhadora. O desenvolvimento tecnológico e os ganhos de produtividade precisam beneficiar os

trabalhadores, e não apenas ampliar a concentração de lucros. Defendemos a redução da jornada sem redução salarial, o fortalecimento da negociação coletiva, a valorização dos sindicatos e a construção de políticas que permitam conciliar trabalho, vida familiar, formação, cultura e participação social.

As transformações no mundo do trabalho também exigem respostas às novas formas de precarização. A expansão das plataformas digitais e do trabalho por aplicativos não pode servir à eliminação de direitos, à transferência integral dos riscos econômicos para os trabalhadores ou à imposição de jornadas exaustivas sem proteção social. Defendemos uma regulamentação que assegure remuneração digna, previdência, proteção contra acidentes, transparência dos algoritmos, direito à organização coletiva e mecanismos efetivos de negociação, reconhecendo as particularidades dessas relações de trabalho sem admitir que a inovação tecnológica seja utilizada como justificativa para a exploração.

A tarifa zero no transporte público deve integrar uma nova agenda nacional de direitos sociais e de democratização das cidades. O transporte não pode continuar sendo tratado exclusivamente como mercadoria, uma vez que condiciona o acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura e à vida urbana. É necessário construir mecanismos de financiamento público, cooperação federativa e reorganização dos sistemas de mobilidade que permitam avançar progressivamente na universalização do acesso ao transporte coletivo de qualidade.

O fortalecimento do Sistema Único de Saúde e da educação pública exige financiamento estável, valorização dos profissionais, ampliação da infraestrutura e enfrentamento das desigualdades territoriais. Defendemos a criação e o fortalecimento de instrumentos públicos de financiamento de longo prazo para áreas sociais estratégicas, protegendo os investimentos em saúde, educação, ciência e tecnologia das oscilações fiscais e das disputas conjunturais. A educação deve ser compreendida como direito social, espaço de formação crítica e elemento central de um projeto de desenvolvimento nacional, enfrentando tanto as desigualdades materiais quanto as ofensivas conservadoras que procuram restringir a liberdade pedagógica e a pluralidade de pensamento.

A cultura precisa ocupar posição estratégica nesse projeto. Não apenas como setor econômico ou instrumento de entretenimento, mas como dimensão fundamental da vida democrática, da identidade nacional, da produção de conhecimento e da disputa de valores. A democratização do acesso à cultura, o fortalecimento da produção cultural popular, a valorização das

expressões periféricas e regionais e a proteção da diversidade cultural brasileira devem constituir compromissos permanentes do Estado.

A construção de uma sociedade mais justa exige ainda enfrentar as desigualdades estruturais que atingem mulheres, população negra, povos indígenas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e populações historicamente marginalizadas. A luta contra o feminicídio, o racismo, a violência política, a intolerância religiosa e todas as formas de discriminação precisa estar articulada à ampliação das políticas de cuidado, assistência social, habitação, educação, saúde e geração de renda. Não haverá transformação social profunda sem enfrentar as relações de exploração e opressão que organizam a sociedade brasileira.

A democratização do Estado brasileiro e a necessidade de reformas estruturais

A vitória eleitoral de um projeto democrático e popular não elimina os obstáculos estruturais que historicamente limitaram a capacidade de transformação do Estado brasileiro. Nosso sistema político permanece profundamente condicionado pelo poder econômico, pela fragmentação partidária, pela concentração das decisões institucionais e por mecanismos de representação que frequentemente afastam a população dos processos decisórios. O fortalecimento da democracia exige enfrentar essas contradições, reconhecendo que a democratização do Estado não pode se limitar à alternância de governos, mas deve alcançar as estruturas por meio das quais o poder político, econômico e institucional é exercido.

Defendemos uma ampla reforma democrática do Estado, abrangendo o sistema político, eleitoral, administrativo e de justiça. A reforma política deve enfrentar a influência do poder econômico nas eleições, fortalecer os partidos programáticos, ampliar a representação de mulheres, negros e negras, indígenas e trabalhadores, aperfeiçoar os mecanismos de financiamento público e assegurar maior participação popular nas decisões. É necessário também enfrentar as distorções produzidas pela fragmentação partidária e pelo crescente poder de setores do Congresso Nacional sobre a execução orçamentária, estabelecendo critérios de transparência, planejamento, controle público e responsabilidade institucional.

O PT não pode naturalizar uma relação com o chamado Centrão na qual a governabilidade seja permanentemente condicionada à distribuição de recursos e espaços de poder, sem compromissos programáticos correspondentes. A construção de alianças é parte indispensável da política, especialmente diante de uma correlação de forças adversa, mas não pode significar a renúncia à disputa de projetos. Precisamos enfrentar a lógica segundo a qual a

legitimidade conquistada nas urnas deve ser continuamente submetida a negociações que esvaziam o programa escolhido pela população. O fortalecimento da mobilização social e da participação popular deve ampliar a capacidade do governo de construir maiorias políticas em torno de propostas concretas.

A democratização do sistema de justiça constitui outra dimensão fundamental dessa agenda. Defendemos instituições independentes, comprometidas com a Constituição, com a garantia dos direitos fundamentais e com a igualdade de todos perante a lei. Entretanto, a independência institucional não pode ser confundida com ausência de transparência, mecanismos de controle democrático ou responsabilidade pública. É necessário aprofundar o debate sobre o funcionamento do Poder Judiciário, o acesso à justiça, os mecanismos de escolha e responsabilização de seus integrantes, os privilégios corporativos e as desigualdades que atravessam o sistema de justiça brasileiro.

A defesa da democracia exige, igualmente, instituições capazes de enfrentar as ameaças autoritárias e as articulações golpistas. A experiência brasileira demonstrou que a estabilidade democrática não pode depender apenas da resistência circunstancial de determinadas autoridades. Precisamos fortalecer a subordinação das instituições militares ao poder civil, aperfeiçoar os mecanismos democráticos de inteligência e proteção institucional e impedir que estruturas do Estado sejam instrumentalizadas por projetos autoritários. O compromisso com a democracia deve orientar permanentemente a formação, o funcionamento e a atuação das instituições públicas.

Democracia, soberania digital e enfrentamento ao poder das grandes plataformas

A disputa política contemporânea ocorre em um ambiente profundamente transformado pela concentração do poder econômico, tecnológico e comunicacional nas grandes plataformas digitais. Empresas privadas transnacionais passaram a controlar infraestruturas essenciais de comunicação, circulação de informações, organização do trabalho e acesso a serviços. Seus algoritmos influenciam a formação da opinião pública, a visibilidade dos conteúdos e a própria dinâmica da participação política, frequentemente sem transparência suficiente ou mecanismos efetivos de responsabilização democrática.

A experiência brasileira demonstrou que a desinformação, a violência política digital, o discurso de ódio e a manipulação das redes podem ser utilizados como instrumentos de desestabilização institucional e de fortalecimento de projetos autoritários. Enfrentar esse

fenômeno não significa restringir a liberdade de expressão ou estabelecer mecanismos de censura, mas assegurar que o ambiente digital esteja submetido a regras democráticas, transparência, proteção de direitos e responsabilização proporcional. A liberdade de expressão não pode servir de justificativa para a concentração privada de poder sem controle público.

Defendemos uma política nacional de soberania digital que combine regulação democrática das plataformas, proteção de dados pessoais, desenvolvimento científico e tecnológico, infraestrutura pública de comunicação e redução da dependência de empresas estrangeiras. O Brasil precisa ampliar sua capacidade de desenvolver tecnologias próprias, sistemas públicos de informação, serviços digitais estratégicos e instrumentos nacionais de armazenamento e processamento de dados. A inteligência artificial, as tecnologias de comunicação e os sistemas digitais devem estar subordinados ao interesse público, à proteção dos trabalhadores e à democratização do conhecimento.

A construção de infraestruturas digitais nacionais, públicas e submetidas ao controle democrático da sociedade constitui uma dimensão estratégica da soberania brasileira. Não podemos aceitar que funções essenciais do Estado, informações sensíveis da população e instrumentos fundamentais da vida econômica permaneçam integralmente dependentes de decisões tomadas por grandes corporações internacionais. Essa agenda deve articular universidades, empresas públicas, centros de pesquisa, trabalhadores da tecnologia e iniciativas de inovação comprometidas com o desenvolvimento nacional.

O PT precisa compreender, também, que a disputa das redes sociais não se resolve exclusivamente por meio de investimentos em publicidade ou pela reprodução das linguagens dominantes das plataformas. A comunicação política deve ser compreendida como parte da organização popular, articulando presença digital, formação política, produção de conteúdo, redes territoriais e participação militante. Precisamos desenvolver instrumentos próprios de comunicação, fortalecer os comunicadores populares e construir uma presença permanente nos ambientes digitais, capaz de disputar valores e projetos de sociedade sem abandonar a profundidade e a qualidade do debate político.

Segurança cidadã, direitos humanos e enfrentamento às violências

A segurança pública constitui um dos principais desafios da sociedade brasileira e uma das áreas nas quais a extrema-direita conseguiu construir influência política e cultural. O medo da

violência, a presença do crime organizado, a insegurança cotidiana e a ausência de serviços públicos em determinados territórios são problemas reais, que exigem respostas consistentes do Estado. A esquerda não pode permitir que essas preocupações sejam monopolizadas por projetos autoritários, baseados na ampliação indiscriminada da repressão, na legitimação da violência estatal e na falsa oposição entre segurança e direitos humanos.

Defendemos a construção de uma política nacional de Segurança Cidadã, orientada pela prevenção das violências, pelo fortalecimento das políticas sociais, pela valorização e qualificação dos profissionais de segurança, pela inteligência policial, pela investigação criminal, pelo enfrentamento às organizações criminosas e pelo respeito incondicional aos direitos humanos. A proteção da vida deve constituir o princípio organizador da política de segurança pública, reconhecendo que a população mais atingida pela criminalidade e pela violência estatal é também aquela que historicamente sofreu os efeitos da desigualdade social e da ausência de políticas públicas.

O enfrentamento ao crime organizado exige capacidade de investigação, cooperação federativa, inteligência financeira, combate à lavagem de dinheiro, controle de armas e desarticulação das estruturas econômicas que sustentam as organizações criminosas. Operações policiais espetaculares, marcadas por elevada letalidade e reduzida capacidade de desestruturação das redes criminosas, não podem substituir uma política de segurança planejada, baseada em evidências e submetida a mecanismos democráticos de avaliação e controle.

Somos contrários à redução da maioridade penal e às propostas que procuram responder à violência por meio da supressão de direitos e do aprofundamento do encarceramento em massa. Defendemos o fortalecimento das políticas de proteção à infância e à juventude, a ampliação das oportunidades educacionais, culturais e profissionais e o aperfeiçoamento do sistema socioeducativo. A segurança pública deve ser compreendida como direito universal, e não como privilégio daqueles que podem pagar por proteção privada.

O governo Lula precisa assumir protagonismo nacional nessa agenda, fortalecendo a coordenação entre União, estados e municípios e disputando publicamente uma concepção democrática de segurança, estruturando o Ministério da Segurança Pública. Ao PT cabe demonstrar que a defesa dos direitos humanos não é um obstáculo ao enfrentamento da criminalidade, mas condição para a construção de políticas eficazes, legítimas e duradouras.

A vitória de Lula e a defesa da democracia no mundo

A eleição presidencial brasileira de 2026 ocorreu em um cenário internacional marcado pelo fortalecimento de forças de extrema-direita, pelo agravamento das disputas geopolíticas, pelo aprofundamento das desigualdades econômicas e por tentativas de reorganização da ordem internacional em torno dos interesses das grandes potências. A ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos fortaleceu movimentos autoritários e nacionalistas em diferentes regiões do planeta, ampliando pressões sobre as instituições multilaterais, os direitos sociais e a soberania dos países periféricos.

Na América Latina e no Caribe, experiências políticas distintas, como as de Javier Milei na Argentina e Nayib Bukele em El Salvador, revelam a capacidade de projetos de direita radical e autoritária de conquistar apoio social em contextos de crise econômica, descrédito institucional e insegurança. A expansão dessas forças não pode ser compreendida apenas como resultado da manipulação informacional ou da atuação das elites econômicas. Ela expressa também dificuldades das forças democráticas e populares em apresentar respostas convincentes às transformações do trabalho, às inseguranças da vida cotidiana e às expectativas de futuro de amplos setores da população.

A vitória de Lula representou, nesse contexto, uma derrota política importante para a estratégia de expansão da extrema-direita no continente. Demonstrou que é possível enfrentar projetos autoritários por meio da mobilização democrática, da defesa da soberania nacional e da apresentação de alternativas econômicas e sociais. O resultado brasileiro integra um ambiente internacional de resistência ao trumpismo e de reorganização das forças progressistas, em um período no qual as disputas eleitorais nos Estados Unidos também evidenciaram a existência de resistências ao projeto político da extrema-direita.

Não se trata de estabelecer relações mecânicas entre processos eleitorais de países distintos, mas de reconhecer que a disputa brasileira possui uma dimensão internacional. O Brasil é um dos maiores países do mundo, possui enorme relevância econômica, ambiental e diplomática e desempenha papel estratégico na América Latina. A continuidade de um governo comprometido com o multilateralismo, a democracia e a autodeterminação dos povos contribui para ampliar as possibilidades de resistência às políticas de subordinação econômica e intervenção externa.

A reação do presidente Lula às medidas comerciais impostas pelo governo de Donald Trump demonstrou a importância de uma liderança comprometida com os interesses nacionais. A ofensiva tarifária contra produtos brasileiros, acompanhada de pressões políticas relacionadas às instituições e às decisões soberanas do país, constituiu uma tentativa inaceitável de interferência externa. A atuação de setores da família Bolsonaro em articulação com forças políticas norte-americanas contrárias aos interesses brasileiros revelou o caráter subordinado e antinacional de parte expressiva da extrema-direita.

O quarto governo Lula deve aprofundar uma política externa altiva, independente e ativa, ampliando o protagonismo brasileiro na construção de uma ordem internacional multipolar. Isso exige fortalecer os BRICS, recuperar a centralidade da integração latino-americana e caribenha, ampliar as relações com os países da África, da Ásia e do Sul Global e defender a cooperação internacional em ciência, tecnologia, comércio, cultura e desenvolvimento sustentável.

A integração regional precisa voltar a ocupar posição prioritária na estratégia brasileira. A América Latina não pode continuar sendo tratada como espaço secundário de nossa política externa. A construção de mecanismos regionais de cooperação econômica, energética, científica, tecnológica e política constitui condição fundamental para ampliar a autonomia dos países latino-americanos diante das pressões das grandes potências. O Brasil deve contribuir ativamente para fortalecer os instrumentos de integração e os espaços multilaterais regionais, respeitando a soberania e a autodeterminação de cada povo.

Reafirmamos nossa solidariedade aos povos que lutam por sua autodeterminação, nossa defesa da paz, nossa condenação ao genocídio do povo palestino e nossa oposição às guerras e intervenções militares, inclusive aos conflitos na Ucrânia e contra o Irã. Defendemos soluções diplomáticas, respeito ao direito internacional e fortalecimento das instituições multilaterais. A defesa da soberania nacional deve estar associada ao internacionalismo, à solidariedade entre os povos e à construção de uma ordem mundial menos desigual.

Essa orientação exige também uma política nacional de defesa e inteligência compatível com os desafios contemporâneos. O Brasil precisa fortalecer sua indústria de defesa, ampliar sua autonomia tecnológica, desenvolver capacidades próprias de cibersegurança e inteligência estratégica e proteger suas infraestruturas críticas e riquezas naturais. A política de defesa deve permanecer integralmente subordinada ao poder civil, comprometida com a paz e orientada pela proteção da soberania nacional. A defesa do território, dos recursos naturais,

da capacidade industrial e das infraestruturas digitais constitui parte inseparável de um projeto democrático de desenvolvimento.

O enfrentamento à extrema-direita exige organização social e disputa de hegemonia

A derrota eleitoral da extrema-direita não significa o desaparecimento das condições que permitiram sua ascensão. O neofascismo contemporâneo possui raízes sociais, econômicas, culturais e institucionais que ultrapassam as lideranças individuais e os resultados de uma eleição. Sua força está relacionada à crise de representação política, ao aprofundamento das desigualdades, à insegurança diante das transformações econômicas e à capacidade de organizar ressentimentos e frustrações em torno de projetos autoritários.

O enfrentamento a esse fenômeno exige uma estratégia que combine a defesa das instituições democráticas, a melhoria das condições materiais de vida da população, a disputa de valores e a organização permanente da sociedade. Não basta denunciar as mentiras da extrema-direita ou demonstrar as contradições de seus representantes. Precisamos compreender as razões pelas quais seus discursos encontram receptividade e construir alternativas capazes de disputar a confiança e a esperança de setores sociais que hoje se encontram sob sua influência.

Os governos estaduais dirigidos pela extrema-direita deverão desempenhar papel importante na reorganização da oposição ao quarto governo Lula e na preparação das disputas políticas de 2030. O PT precisa construir uma atuação firme diante desses governos, denunciando retrocessos, fiscalizando suas políticas e apresentando alternativas democráticas e populares. Essa oposição, entretanto, deve estar baseada na realidade concreta de cada estado, na defesa dos direitos da população e na capacidade de organizar forças sociais, e não apenas na reprodução de confrontos retóricos.

O combate à extrema-direita também exige enfrentar sua presença na vida cotidiana. A disputa política ocorre nos locais de trabalho, nas escolas, nas comunidades religiosas, nos bairros, nas organizações culturais e nas redes digitais. Precisamos reconstruir vínculos sociais duradouros, desenvolver instrumentos de educação popular e fortalecer organizações capazes de oferecer espaços de pertencimento, solidariedade e ação coletiva.

A reafirmação ideológica da esquerda constitui parte fundamental dessa tarefa. Devemos construir alianças amplas com as forças progressistas e democráticas, mas não podemos confundir nossa identidade socialista com os limites políticos do chamado progressismo. O

PT nasceu como instrumento de organização da classe trabalhadora e de luta pela transformação estrutural da sociedade. Nossa identidade democrática, socialista, feminista, antirracista, internacionalista e popular precisa orientar nossa formulação programática, nossas alianças e nossa atuação institucional.

A defesa da democracia não pode ser dissociada do enfrentamento às estruturas econômicas e sociais que produzem desigualdade. A experiência histórica demonstra que sociedades profundamente desiguais, nas quais a maioria da população permanece afastada das decisões sobre os rumos da economia e do Estado, oferecem terreno fértil para projetos autoritários. A luta democrática precisa, portanto, incorporar a democratização da riqueza, do poder, da informação e das oportunidades.

O PT precisa se renovar para continuar sendo o principal instrumento político da classe trabalhadora

A vitória de Lula recoloca diante do Partido dos Trabalhadores uma questão histórica: como transformar a extraordinária força eleitoral e simbólica construída ao longo de nossa trajetória em uma organização política ainda mais enraizada, democrática, militante e capaz de responder aos desafios das próximas décadas? A resposta não pode ser encontrada apenas na atualização de nossas estratégias de comunicação, na ampliação do número de filiados ou na renovação formal de nossas direções. Precisamos recuperar e aprofundar os fundamentos que fizeram do PT uma experiência singular na história política brasileira.

O PT não nasceu para ser apenas uma máquina eleitoral. Nasceu da organização sindical, dos movimentos populares, das comunidades, da luta contra a ditadura e da compreensão de que a classe trabalhadora precisava construir seu próprio instrumento político. Nossa presença institucional é uma conquista histórica, mas não pode substituir a organização popular que tornou essa conquista possível. Precisamos enfrentar a tendência à parlamentarização da vida partidária, na qual mandatos, estruturas institucionais e disputas eleitorais passam a ocupar quase integralmente o centro das decisões, reduzindo o espaço da militância, da formação política e da elaboração coletiva.

Defendemos a recuperação da centralidade dos núcleos de base, dos diretórios municipais, dos setoriais e dos espaços permanentes de organização territorial. Precisamos construir um partido que funcione cotidianamente nos bairros, nas periferias, nas universidades, nos locais de trabalho e nas comunidades, e não apenas durante os períodos eleitorais. A organização

partidária deve estar vinculada às necessidades concretas da população, às lutas sociais e à capacidade de transformar demandas individuais em ação política coletiva.

A eleição de 2026 aproximou da política milhares de jovens, mulheres, trabalhadores, lideranças comunitárias, artistas, comunicadores populares e militantes de movimentos sociais. Muitos participaram intensamente da campanha sem conhecer as estruturas internas do PT, suas tendências políticas ou seus mecanismos de decisão. Essa aproximação representa uma oportunidade histórica de renovação que não pode ser desperdiçada. Precisamos abrir as portas do partido e compreender que abrir as portas significa também democratizar as decisões, acolher novas experiências e construir formas efetivas de participação.

Não se trata de substituir a militância histórica por novos sujeitos políticos, mas de promover um encontro entre gerações, experiências e formas de organização. O partido que precisamos construir deve ser capaz de reunir aqueles que participaram das greves, das lutas contra a ditadura e da fundação do PT com as gerações que hoje se organizam nos movimentos feministas, antirracistas, ambientais, culturais, estudantis, sindicais e digitais. A renovação deve fortalecer nossa identidade coletiva, ampliar nossa capacidade de elaboração e garantir continuidade histórica ao projeto democrático e socialista.

Essa transformação exige aprofundar a democracia interna. As direções partidárias devem constituir espaços reais de debate, formulação e decisão coletiva, com respeito às posições minoritárias, transparência dos processos e participação efetiva da militância. A unidade política não pode ser confundida com silenciamento das diferenças, assim como a pluralidade não pode significar fragmentação permanente. A democracia que defendemos para o Brasil precisa orientar o funcionamento de nosso próprio partido.

A gestão dos recursos partidários também deve ser objeto de democratização. Defendemos uma administração financeira colegiada, transparente e submetida a mecanismos permanentes de fiscalização e prestação de contas. Os critérios de distribuição dos recursos precisam ser públicos, democráticos e vinculados às prioridades estratégicas do partido. O financiamento partidário deve fortalecer a organização territorial, a formação política, a renovação das lideranças e a ampliação da representação popular, e não reproduzir automaticamente as desigualdades internas ou a concentração de poder daqueles que já ocupam posições institucionais.

A distribuição dos recursos eleitorais deve considerar a necessidade de ampliar a presença de mulheres, negros e negras, indígenas, pessoas LGBTQIA+, jovens e lideranças populares nos espaços de representação. A renovação das bancadas e das direções exige condições materiais efetivas de participação e disputa política. Não basta defender a diversidade como princípio abstrato. É necessário enfrentar os mecanismos concretos que dificultam o acesso de determinados grupos aos recursos, às decisões e aos espaços de poder.

A valorização dos quadros políticos do Nordeste constitui uma dimensão importante dessa transformação. A região não pode ser lembrada apenas por sua contribuição eleitoral ao projeto liderado por Lula. O Nordeste é um dos principais centros de produção de pensamento político, organização popular, experiências de governo e resistência democrática do país. Reconhecer sua importância significa ampliar a participação de suas lideranças na formulação programática, na direção nacional e na construção das estratégias futuras do PT, enfrentando as hierarquias regionais que ainda atravessam a política brasileira.

Formação política, renovação de quadros e a construção do futuro da esquerda

A formação política precisa voltar a ocupar posição central na vida do Partido dos Trabalhadores. Nossa história foi construída por gerações de militantes que aprenderam a interpretar criticamente a realidade enquanto lutavam para transformá-la. Essa dimensão pedagógica da organização política constitui uma das principais contribuições históricas do PT e não pode ser reduzida a atividades ocasionais, cursos eleitorais ou iniciativas desconectadas da vida concreta da militância.

Defendemos a construção de um projeto nacional de formação política permanente, descentralizado e articulado às lutas sociais. Esse projeto deve combinar o estudo da história do movimento operário, do socialismo, do marxismo, das experiências democráticas e populares, da formação social brasileira e dos desafios contemporâneos com metodologias de educação popular, experiências práticas de organização e elaboração coletiva de alternativas políticas.

Precisamos formar dirigentes capazes de compreender as transformações do capitalismo, interpretar os conflitos sociais, organizar comunidades, conduzir debates, construir consensos e formular projetos para o país. A formação de quadros não pode estar subordinada exclusivamente à preparação de candidaturas ou ao preenchimento de cargos públicos. Seu

objetivo deve ser desenvolver a capacidade coletiva de direção política da classe trabalhadora.

O PT deve assumir a responsabilidade de formar uma nova geração de dirigentes nacionais, estaduais e municipais, valorizando a diversidade regional, racial, geracional e de gênero. Isso exige investir na juventude, fortalecer os movimentos sociais, criar oportunidades de participação nas instâncias partidárias e estabelecer processos de acompanhamento e formação continuada. A renovação política não acontecerá espontaneamente, nem será resolvida pela substituição de nomes nas direções. Ela depende de um esforço consciente de organização, formação e democratização do poder.

A relação com os sindicatos e movimentos sociais também precisa ser fortalecida. As transformações do mundo do trabalho, a expansão da informalidade, a precarização e a fragmentação das relações laborais impõem desafios à organização da classe trabalhadora. Precisamos contribuir para a construção de novas formas de representação coletiva, capazes de dialogar com trabalhadores de aplicativos, terceirizados, informais, profissionais do cuidado, juventudes trabalhadoras e setores que historicamente estiveram afastados das estruturas tradicionais de organização sindical.

A unidade da esquerda brasileira deve ser construída a partir dessa perspectiva estratégica. A vitória de Lula demonstrou a importância da articulação entre partidos, movimentos sociais, sindicatos, organizações populares e diferentes tradições políticas do campo democrático. Entretanto, a unidade necessária para enfrentar a extrema-direita não pode depender apenas das circunstâncias eleitorais. Precisamos construir espaços permanentes de elaboração, mobilização e ação conjunta, respeitando a autonomia das organizações e reconhecendo que a diversidade da esquerda constitui uma riqueza quando orientada por objetivos estratégicos comuns.

O Congresso do PT de 2027 e a preparação de um novo ciclo histórico

A realização do Congresso do Partido dos Trabalhadores em 2027 deve constituir uma prioridade estratégica. Não podemos permitir que esse processo seja reduzido à disputa de posições internas, à composição das instâncias dirigentes ou à reafirmação de formulações já conhecidas. O Congresso precisa representar um grande momento de debate político, balanço histórico, renovação programática e reorganização militante, capaz de mobilizar o conjunto do partido e dialogar com amplos setores da sociedade brasileira.

O processo congressual deve partir de uma avaliação rigorosa das experiências dos governos petistas, das transformações da sociedade brasileira, da ascensão da extrema-direita, das mudanças no mundo do trabalho e dos desafios impostos pelo capitalismo contemporâneo. Precisamos debater o papel do PT no quarto governo Lula, os limites e possibilidades de nossa atuação institucional, a necessidade de aprofundar a democracia interna e as condições para construir um projeto socialista e democrático adequado ao século XXI.

Esse debate precisa alcançar os diretórios municipais, os núcleos de base, os setoriais, os movimentos sociais, as universidades e os locais de trabalho. O Congresso deve ser precedido por um amplo processo de escuta, formação e participação, capaz de incorporar militantes históricos, novos filiados e setores sociais que se aproximaram do PT durante a eleição. Não haverá renovação efetiva se os debates permanecerem restritos às direções e às estruturas partidárias tradicionais.

A realização do Congresso em 2027 possui ainda um significado histórico particular. A eleição de 2026 foi a última disputa presidencial de Lula nas urnas. Sua trajetória representa uma das maiores experiências de liderança popular da história brasileira, profundamente vinculada à democratização do país, à ascensão social de milhões de pessoas e à construção de um horizonte de esperança para a classe trabalhadora.

Entretanto, a sucessão política de Lula não será resolvida apenas pela escolha de um nome. Será construída pela capacidade do PT de transformar os acertos de sua história em um projeto coletivo para as próximas décadas. Não haverá continuidade consistente do lulismo sem organização popular, formação de novos quadros, renovação de lideranças, democracia partidária e um programa capaz de responder às necessidades das novas gerações.

O maior legado de Lula não pode ser apenas a memória de seus governos. Precisa ser a existência de um partido ainda mais forte, democrático, popular, socialista e preparado para continuar transformando o Brasil. Não queremos um PT que apenas sobreviva à liderança de Lula. Queremos um PT que esteja à altura de tudo o que Lula ajudou a construir.

Nossa agenda de luta e as tarefas imediatas do PT

A nova conjuntura exige transformar nossas formulações políticas em uma agenda concreta de organização, mobilização e disputa programática. A vitória eleitoral abriu possibilidades extraordinárias, mas nenhuma delas se realizará automaticamente. A correlação de forças que condicionará o quarto governo Lula será disputada permanentemente, tanto no interior das

instituições quanto na sociedade. Nossa responsabilidade é contribuir para que o PT e o conjunto da esquerda estejam preparados para essa disputa, com unidade política, clareza programática, capacidade de organização e compromisso com as transformações estruturais de que o Brasil necessita.

Nesse sentido, defendemos como tarefas prioritárias para o próximo período:

1. Construir uma ampla jornada nacional de mobilização popular em defesa de uma agenda de transformações, articulando o fim da escala 6x1, a tarifa zero, a justiça tributária, a redução dos juros, a valorização do trabalho, o fortalecimento dos serviços públicos e a defesa da soberania nacional. Essa mobilização deve combinar iniciativas nacionais com processos de organização territorial, fortalecendo o protagonismo dos movimentos sociais e da militância partidária.

2. Reforçar a relação entre o PT, o governo Lula e a sociedade, baseada na autonomia política do partido, na participação popular e na construção de maiorias sociais em torno de propostas concretas. O PT deve atuar como força de sustentação e impulsionamento das transformações, contribuindo para ampliar as possibilidades políticas do governo diante de um Congresso marcado pela presença expressiva das forças conservadoras.

3. Realizar uma grande campanha nacional de filiação, acolhimento e engajamento militante, voltada especialmente às pessoas que participaram da mobilização eleitoral de 2026. Essa campanha deve estar associada à criação e ao fortalecimento de núcleos de base, espaços de participação territorial, organizações setoriais e atividades permanentes de formação e mobilização.

4. Reforçar a centralidade da formação política, por meio de um projeto nacional descentralizado, articulado à Fundação Perseu Abramo, aos diretórios, às tendências partidárias e aos movimentos sociais. A formação deve contribuir para o desenvolvimento de novos quadros dirigentes e para o fortalecimento da identidade democrática e socialista do PT.

5. Preparar o Congresso do PT de 2027 como um amplo processo de renovação partidária, garantindo debates programáticos, participação da militância, transparência, democratização das decisões e construção de propostas para reorganizar o partido. O Congresso deve enfrentar os desafios da sucessão política de Lula, da renovação geracional e da construção de um projeto de esquerda para as próximas décadas.

6. Fortalecer a unidade das forças democráticas, populares e socialistas, construindo mecanismos permanentes de articulação política e mobilização social. Essa unidade deve estar orientada pela defesa do governo Lula, pelo enfrentamento à extrema-direita, pela ampliação dos direitos sociais e pela construção de um projeto nacional de desenvolvimento soberano.

7. Desenvolver uma estratégia permanente de enfrentamento político à extrema-direita, especialmente nos estados em que governa e nos espaços sociais em que mantém influência. Essa estratégia deve combinar fiscalização institucional, denúncia dos retrocessos, apresentação de alternativas programáticas e fortalecimento da organização popular, preparando desde já as condições para as disputas políticas futuras.

8. Ampliar a capacidade própria de comunicação e organização digital do PT, investindo em tecnologias, formação de comunicadores populares, redes de militância, produção de conteúdo e instrumentos públicos de informação. A disputa digital precisa estar articulada à organização territorial e à construção de uma presença política permanente na sociedade.

9. Reafirmar a identidade socialista, democrática, feminista, antirracista, internacionalista e popular do Partido dos Trabalhadores, compreendendo que a defesa da democracia e a luta contra a extrema-direita exigem enfrentar também as estruturas econômicas e sociais que reproduzem a exploração, a desigualdade e a concentração de poder.

10. Fortalecer a organização e a intervenção política da Resistência Socialista, ampliando nossa presença nos diretórios, setoriais, movimentos sociais e espaços de formulação partidária. Nossa contribuição deve estar orientada pela construção da unidade do PT, pela defesa de sua democracia interna, pelo aprofundamento de seu programa histórico e pela organização da militância para as tarefas do novo período.

O futuro se constrói com luta

A quarta vitória de Lula representa uma conquista extraordinária do povo brasileiro e uma demonstração da vitalidade histórica do Partido dos Trabalhadores. Poucas organizações políticas no mundo foram capazes de atravessar tantas transformações, enfrentar perseguições tão intensas, resistir a ofensivas autoritárias e permanecer como referência central para milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Essa história deve ser motivo de orgulho, mas também de responsabilidade.

Não podemos permitir que a celebração da vitória nos conduza à acomodação. A extrema-direita permanece organizada, o capital financeiro continua exercendo enorme influência sobre as decisões nacionais e as estruturas de desigualdade que atravessam a sociedade brasileira não desaparecerão apenas pela continuidade de um governo progressista. O novo mandato de Lula abrirá possibilidades, mas sua realização dependerá da capacidade de organizar forças sociais, enfrentar interesses poderosos e construir uma maioria política comprometida com transformações profundas.

A unidade do PT será fundamental nesse processo. Precisamos reconhecer nossas diferenças, preservar o direito ao debate e à crítica e construir uma orientação comum diante das responsabilidades históricas que assumimos. A unidade não pode ser confundida com ausência de divergências, mas deve expressar a capacidade de colocar os interesses da classe trabalhadora, do povo brasileiro e do projeto democrático e socialista acima das disputas circunstanciais.

Reafirmamos nosso compromisso com a defesa do quarto governo Lula, com a construção de uma governabilidade baseada na participação popular, com o enfrentamento ao neoliberalismo e à extrema-direita e com a renovação democrática do Partido dos Trabalhadores. Defendemos um PT que não tenha medo de mudar porque conhece a força de suas raízes, que não confunda presença institucional com organização popular e que seja capaz de transformar cada conquista eleitoral em novas possibilidades de emancipação social.

A geração que fundou o PT nos ensinou que a classe trabalhadora não estava condenada a esperar que outros falassem em seu nome. Poderia construir seu próprio instrumento político, disputar o poder e transformar o Brasil. Agora, cabe às novas gerações garantir que essa extraordinária construção coletiva continue viva, democrática, popular e capaz de responder aos desafios de um novo tempo.

A maior homenagem que podemos prestar à militância que elegeu Lula é construir um partido à altura da esperança que ela colocou nas ruas. Um partido que organize o povo para além das eleições, que dispute os rumos do governo e da sociedade, que forme novas lideranças, que enfrente os privilégios e que preserve a convicção de que a democracia só se realiza plenamente quando acompanhada de justiça social, soberania e participação popular.

O futuro do PT, da esquerda e do Brasil não será determinado apenas pelas decisões tomadas nos palácios, nos parlamentos ou nas direções partidárias. Será construído pela capacidade de

milhões de brasileiros e brasileiras de continuar organizados, conscientes de seus direitos e dispostos a lutar por um país diferente.

A vitória de Lula nos deu uma oportunidade histórica. Cabe a nós transformá-la em um novo ciclo de conquistas. Porque a história não avança por inércia, os direitos não estão assegurados para sempre e nenhuma transformação profunda acontece sem organização e luta coletiva.

O PT nasceu da compreensão de que a classe trabalhadora pode ser sujeito de sua própria história. É essa convicção que precisamos renovar, não para conservar aquilo que fomos, mas para construir tudo aquilo que ainda podemos ser.

Viva a luta da classe trabalhadora!

Viva o Partido dos Trabalhadores!